



Mais de 11 mil processos foram distribuídos para manifestação dos procuradores em 2012

Eficiência na atuação e economia para os cofres estaduais

Qual a relação que a Lei da Ficha Limpa tem com a atuação da Subprocuradoria Judicial da PGE? No Tocantins esta vinculação responsável e atenta ficou evidente em 2012, justamente no ano em que a referida lei entrou em vigor. Coube a esta especializada, a atuação de forma direta nas ações denominadas "Ficha Limpa", com êxito em cerca de 85% dos casos, evitando que maus gestores concorressem a cargos eletivos.

É importante destacar que a Lei da Ficha Limpa tem a pretensão de evitar que os

cargos eletivos sejam ocupados por pessoas que trazem condenações, na sua trajetória de vida, sobretudo por improbidade administrativa.

Mas em alguns estados, regulamentações posteriores já incluíram a aplicabilidade da Ficha Limpa no âmbito de outras esferas do poder público, executivo e judiciário, a exemplo de Mato Grosso e Goiás.

Mas esta não foi a única atuação exitosa da Subprocuradoria Judicial, recentemente. Sob a coordenação da subprocuradora Irana

de Souza Coelho Aguiar, 242 novas ações, em média, foram propostas a cada mês do ano de 2012, sendo que a efetividade alcançou o patamar de 65%, representando um proveito econômico de R\$157,7 milhões de reais.

Também na seara desta especializada, a Judicial ajuizou Ação Cautelar Inominada em face da empresa Rede Energia S/A, visando impedir sua venda, sendo concedida medida liminar para que fosse suspenso eventual processo de alienação das ações constitutivas do Grupo Rede na CELTINS, em trâmite, ou impedir que se inicie mencionada venda, até deslinde final da ação.

Muito embora a Saúde necessite de especial atenção, esta subprocuradoria conseguiu reverter decisões, não comprometendo o orçamento público além do previsto para tal fim, evitando assim o cumprimento de determinações em caráter generalizado, para internação em UTI, internações compulsórias, bem como fornecimento de medicamento sem a devida comprovação da necessidade.

Foram firmados diversos Termos de Ajustamentos de Condutas - TAC, sem deixar de cumprir as decisões judiciais, otimizando o atendimento às necessidades nas áreas da saúde, cidadania e justiça.

Já na parte da Subprocuradoria Fiscal e Tributária, comandada pelo subprocurador Adelmo Aires Júnior, foram ajuizados aproximadamente R\$ 165 milhões em créditos tributários. A equipe conseguiu obter a suspensão de 87 execuções fiscais, referentes à negociação dos contribuintes junto a dívida ativa, no valor de R\$ 2,1 milhões de reais. Um dos maiores volumes de trabalho da PGE está concentrado na parte fiscal e tributária, tanto é que 11.630 processos foram distribuídos para manifestação de procuradores ao longo do último ano.



Editorial

Defesa jurídica e patrimonial do Estado

tenção de prestar contas acerca de todo o trabalho que procuramos, nesta edição do Informativo da PGE, retratar os feitos mais expressivos.

Os números que serão apresentados revelam a atuação comprometida de Procuradores do Estado e Servidores. Demonstram também que estamos cumprindo a atribuição principal desta Procuradoria, que é a defesa dos interesses jurídicos e patrimoniais do Estado.

De 2011 para cá, já patrocinamos a economia de mais de 300 milhões de reais para os cofres estaduais, também protagonizamos acordos que ajudaram a evitar diversas ações na Justiça. Direta e indiretamente contribuimos na consolidação de políticas públicas efetivas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, habitação.

Neste crescimento da Instituição, visualizamos também o acréscimo de pessoal às subprocuradorias especializadas. São profissionais do Direito e de outras áreas que vieram somar forças com os demais que já atuam com empenho. Buscamos valorizar nosso pessoal, seja na reforma do ambiente de trabalho, com reestruturação e ampliação do espaço interno, seja no investimento em cursos de formação e qualificação profissional para nosso quadro funcional.

Mas sabemos que podemos fazer mais. E vamos incrementar nossa atividade, superando dificuldades, estabelecendo novas metas, alcançando êxito naquilo que nos comprometemos diariamente a fazer neste ano de 2013.

Em abril de 2013, a atual gestão da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins completa dois anos de atuação. Período marcado por muito trabalho, vitórias, conquistas e avanços institucionais. Podemos apontar alta efetividade e sucesso nas demandas judiciais patrocinadas em defesa do Estado nestes dois anos. E é com a in-

PGE investe em TIC's e capacitação

Através do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), procuradores de Estado e assessores de procuradores receberam diversos cursos em 2012. Um deles foi sobre o processo eletrônico, o E-proc, sistema virtual implantado pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, cujo objetivo é agilizar a tramitação de processos e seus julgamentos.

Visando a melhor utilização do sistema, o Centro de Estudos ofertou curso ministrado pelo procurador Klédson de Moura Lima, para todas as subprocuradorias especializadas, além de integrantes do gabinete e da Corregedoria da PGE. Material didático próprio sobre o E-proc foi entregue aos participantes.

Coube também à equipe do Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima produzir, junto com a Diretoria de Administração e Finanças da PGE, uma cartilha sobre a certificação digital. O material facilita a emissão do certificado digital, "documento que, com o petição eletrônico instaurado no



Poder Judiciário, brevemente se tornará indispensável para aqueles que militam em sua seara", diz a apresentação.

A equipe fez ainda análise do software do Sistema Integrado de Controle e Acompanhamento de Processos Administrativos e Judiciais (SICAJ), desenvolvido pela equipe da coordenação técnica da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, para implantação na PGE/TO.

Outra iniciativa do Centro de Estudos foi a realização do curso de Teoria Geral dos Recursos e Recursos em Espécie. O curso, com doze módulos, também foi ministrado pelo procurador e professor Klédson de Moura Lima, especialista em Direito Processual. O Centro de Estudos Joaquim Cavalcante Lima disponibilizou 40 vagas, sendo 20 para procuradores e 20 para assessores de procuradores.

EXPEDIENTE: Informativo PGE-TO é uma publicação da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins • **Procurador-Geral do Estado:** André Luiz de Matos Gonçalves
Subprocuradora-Geral do Estado: Rosanna Medeiros Ferreira Albuquerque • **Corregedor-Geral:** Deocleciano Gomes Filho • **Jornalistas Responsáveis:** Thelma Maranhão e Jocyelma Santana • **Endereço:** Esplanada das Secretarias, s/nº, Praça dos Girassóis / www.pge.to.gov.br / Fone: 3218-3700

Novos servidores são incorporados à PGE

O crescimento de mais de 60%, em média, nas demandas da Procuradoria Geral do Estado nos últimos dois anos, exigiu também a ampliação no quadro de pessoal da Instituição. Para continuar ofertando com qualidade o serviço das especializadas, julgou-se necessária a contratação de mais servidores. Ao todo, 32 novos servidores foram contratados.

Só na área de atuação da Procuradoria Judicial, como destacado nesta edição, o

apontava também a necessidade de reforço no quadro de apoio, para continuar a atuação eficiente e produtiva registrada no ano anterior, quando 11.630 processos foram distribuídos para manifestação de procuradores. Desta forma, foram nomeados quatro novos auxiliares, sendo André Felipe Santos Coelho e Raiza Lanousse Barbosa Aguiar, como assessores administrativos e Arlindo Nobre da Silva e Bruno Manoel Vieira Borralho como analistas técnicos jurídicos.

dois novos servidores: Maria Eduarda Souza Pinheiro e Ricardo Júnior Silva Santos, que já fazia parte do quadro de servidores da Casa e agora se tornou efetivo.

Três novos servidores foram lotados na Subprocuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas: Marcella Delazeri Capra, Pedro de Oliveira Fraz e Gabrielle Luciano de Aragão Geiss. Eles vão somar aos demais que, em 2012, contribuíram para que esta especializada conquistasse uma economia ao erário



Com ampliação do quadro de servidores da Instituição, a meta é superar o desempenho do ano anterior

aumento de 2011 para 2012 foi de 24,7%, com um total de 242 novas ações por mês. Esta especializada recebeu o maior número de novos contratados: Miguel Costa Coelho, Bruno Otávio Pereira Alves, Joaquim Augusto Vieira de Miranda, Diogo Barreto Perfeito Castro Silva, Gesiane Gomes Lustosa Nogueira e Rodrigo Almeida Moraes. As servidoras Ana Carolina Fiod Silveira, Izabelita Karla de Brito Siqueira e Arilma Moura de Araújo Oliveira também se incorporaram ao quadro efetivo da PGE, uma vez que já trabalhavam no órgão.

Na Subprocuradoria Fiscal e Tributária, em 2012, foram ajuizados aproximadamente, R\$165 milhões em créditos tributários. O volume de processos nesta especializada

Estabelecendo como meta superar o desempenho do ano anterior, quando se manifestou em aproximadamente 3.200 processos, a Subprocuradoria Administrativa carecia de mais pessoal. Para esta especializada foram nomeados cinco novos auxiliares, analistas técnicos jurídicos, nos meses de fevereiro e março: Layane Kelly Amorim Alencar Lopes, Leandro Propp da Silva, Lisa Márie Medeiros de Souza Schuenck e Sheila Marise Nogueira Beniz Parente.

Para dar continuidade a atuação eficiente da equipe, que em 2012 atuou em 1.566 processos administrativos, emitindo pareceres, promovendo os encaminhamentos pertinentes e elaborando as minutas exigidas para cada caso, a PPI recebeu mais

no montante de R\$ 6,3 milhões reais, em razão de sua atuação processual.

Na parte de apoio finalístico, a PGE ganhou novos servidores para a parte administrativa, entre eles, Clíce Mariano Maciel Freire do Amaral, Daiany Silva Barros, Daniela Galdioli Paes e seis novos motoristas: Cleiton Leite Freire Arantes, Deusdedith Oliveira Rocha Filho, Fabrício Matias Costa, Glaucy Teles Miranda, Neuziel da Mota Sousa e Santiatel Pereira Coelho.

Ainda em março, também tomaram posse como assessores de procuradores: Marco Aurélio Ferreira de Souza, Nayara Gallieta Borges e Paula Rafaela Cardoso Cucatu Inácio; e como analista técnico jurídico Rafael da Rocha Rezende.

PGE evita prejuízos ao rebanho tocantinense

A ameaça ao rebanho bovino tocantinense desencadeou uma verdadeira batalha jurídica que iniciou em meados do mês de abril, mas que teve um desfecho vitorioso. Depois de dias de intenso trabalho, a PGE, pôde contabilizar mais uma ação ganha, para alívio dos pecuaristas e, sobretudo, para a solidez da economia do Estado.

Com a finalidade de impedir a entrada de 800 cabeças de gado vindas do Rio Grande do Norte, a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins, através da Subprocuradoria Judicial, entrou com um Pedido de Suspensão de Liminar, junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, responsável por aquela jurisdição.

Por entender que a entrada ilegal dos animais poderia infectar o rebanho do Estado que tem a classificação sanitária de zona livre de febre aftosa, o desembargador federal Francisco Wildo Lacerda Dantas, presidente da Corte, cassou a liminar expedida pelo juiz norte-rio-grandense que autorizava o transporte bovino sem a necessária observância da Instrução Normativa nº 44/2007 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que determina a obrigatoriedade do cumprimento

do período de quarentena no local de origem, antes do transporte.

Apesar da decisão do presidente do TRF da 5ª Região o pleno se manifestou contrário ao seu voto, o que obrigou a PGE a interpor outro Pedido de Suspensão de Liminar no Superior Tribunal de Justiça e obtendo novamente êxito. O presidente do STJ, ministro Félix Fischer concluiu, na sua decisão, pela aplicação do princípio da prevenção, justificando que a entrada dos animais sobreleva os riscos à saúde da criação bovina do Tocantins, provocando grave lesão à ordem e economia públicas.

Argumento

No Pedido de Suspensão de Liminar a PGE sustentou que a entrada dos animais de zonas de classificações sanitárias diferentes poderia comprometer todo o rebanho tocantinense que ultrapassa a casa dos oito milhões de rezes, a despeito de todo o esforço de prevenção realizado nas últimas décadas, o que garantiu ao Estado o status de zona livre de febre aftosa, além do impacto na economia do Estado, notadamente em virtude do reflexo nas exportações.

Tocantins firma acordo sobre limites territoriais com a Bahia

O mês de abril marcou uma importante vitória para o Estado do Tocantins, com a assinatura do acordo sobre a disputa territorial com a Bahia, discutida na Ação Cível Originária (ACO) 347, que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 9 de abril, na presença do ministro Luiz Fux, o Governador do Tocantins, Siqueira Campos, acompanhado do Procurador-Geral do Estado (PGE), André Luiz de Matos Gonçalves, participaram da audiência de conciliação final.

A ACO tramitava no Supremo desde 1986, mas a disputa territorial tinha origem no ano de 1919. O acordo intermediado pelo ministro Fux determina que ficam inalteradas as divisas territoriais entre os dois Estados, como havia proposto o Governo tocantinense. Considerou-se "irrevogável

a linha traçada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estabelecendo o reconhecimento mútuo dos títulos de propriedade expedidos até a data atual".

A solução pacífica foi comemorada. "Celebramos o acordo com a Bahia nos termos que o Tocantins já havia proposto, permanecendo o laudo do IBGE, mantendo as divisas praticamente inalteradas", reforçou o Procurador-Geral André Matos.

A região disputada onde concentram-se as áreas de cultivo da soja e de criação de gado incluía seis municípios, sendo do lado baiano, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto e do lado tocantinense, Ponte Alta, Lizarda e São Félix do Tocantins, esses três últimos de grande potencial turístico. (com informações de Philippe Bastos/ATN)

Sede da PGE ganha ampliação

Por mais de cinco anos, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) compartilhou uma ala inteira da sede com a Controladoria Geral do Estado (CGE), na Esplanada das Secretarias, na Praça dos Girassóis. Mas desde o final de 2012, com a saída da Controladoria para outro prédio, as instalações da PGE entraram em reforma, visando ampliação para dar mais conforto aos servidores e procuradores, bem como à comunidade em geral.

INAUGURAÇÃO

A primeira etapa da reforma e ampliação foi inaugurada ainda em 2012, pelo procurador-geral André Luiz de Matos Gonçalves, na presença de todos os servidores e procuradores de Estado. Com a inauguração do novo espaço, a Subprocuradoria Judicial, considerada a maior unidade de execução finalística da PGE foi beneficiada.

Os 13 procuradores de Estado vinculados à Subprocuradoria Judicial passaram a trabalhar em salas separadas, com espaço mais adequado e individualizado, conforto também para os assessores. Segundo o PGE André Luiz, esta etapa foi fruto do trabalho da equipe e de todos que assumiram a função de chefiar o órgão no Tocantins nos últimos anos.

A Diretoria Administrativa do órgão trabalha para dar continuidade ao processo de modernização das instalações, seguindo orientações do Procurador-Geral. Com a posse dos novos servidores, o órgão também percebeu a necessidade da aquisição de mais computadores, mobiliário próprio padronizado e condicionadores de ar. Por fim, no início de 2013, para atender a demanda crescente, foram locados mais seis veículos, sendo três modelos pick-up e três hatch.

